



RELATÓRIO DO 1º CICLO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PACTO PELA GOVERNANÇA DA ÁGUA

RESUMO

O Pacto pela Governança da Água, instituído pela **Resolução ANA nº 153/2023**, foi criado para fortalecer a relação institucional entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e as 27 unidades da Federação (UF), promovendo cooperação na gestão de recursos hídricos, regulação dos serviços de saneamento básico e implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

A dinâmica do Pacto estimula a integração entre os entes federativos, com planejamento, execução e monitoramento estruturados em três eixos: Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento Básico e Serviços Hídricos e Segurança de Barragens. As informações sobre os planos de ações do Pacto estão disponíveis no **Painel Interativo do Pacto**, ferramenta que garante transparência e permite acompanhar metas, status, custos e fontes de recursos por UF.

Para acompanhar sua execução, o monitoramento das ações pactuadas é realizado semestralmente pela ANA, com o objetivo de acompanhar o andamento, identificar entraves e propor medidas corretivas. O primeiro ciclo ocorreu entre janeiro e março de 2025, oito meses após a pactuação dos planos de ação com todas as UFs. Esse monitoramento permitiu a atualização do status das ações, revisão das metas para 2025 e consolidação das informações fornecidas pelos estados, Distrito Federal e ANA. Os resultados indicaram avanços significativos na implementação das 594 ações pactuadas, com evolução positiva entre os cenários de 2024 e 2025.

Após a consolidação dos dados, foi realizado o 1º Encontro do Pacto, nos dias 10 e 11 de junho de 2025, na sede da ANA. O evento apresentou os resultados do monitoramento, promoveu uma oficina de avaliação e de compartilhamento de experiências. O monitoramento e a avaliação realizados reforçam a impor-

tância do acompanhamento sistemático para uma gestão eficiente. O Painel Interativo tem se mostrado fundamental para garantir transparência, mas ainda há desafios: a participação efetiva de todos os atores envolvidos no Pacto para aprimorar o compartilhamento de informações e o detalhamento da situação das ações, o envolvimento dos entes ligados ao tema saneamento básico e os impactos dos cortes orçamentários. Evoluir nestas questões é imprescindível para uma atuação efetiva que gere impactos positivos nas três políticas.

O Pacto pela Governança da Água apresenta impactos positivos, mas seu sucesso depende da manutenção do diálogo institucional e da continuidade do monitoramento. Consolidar avanços e garantir que todas as ações atinjam seus objetivos dentro dos prazos é essencial para fortalecer a governança da água no Brasil.

Sumário

Introdução	5
Implementação	5
Monitoramento	8
Metodologia	9
Resultados	10
Progresso por Componente	12
Gestão de Recursos Hídricos	12
Saneamento	12
Serviços Hídricos e Segurança de Barragens	13
Ações de integração	14
Avaliação	15
Metodologia	15
Resultados	16
Conclusão	27

INTRODUÇÃO

O Pacto pela Governança da Água foi criado com o objetivo de fortalecer a relação institucional entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e as 27 unidades da Federação (UFs). Instituída pela **Resolução ANA nº 153/2023**, a iniciativa visa aprimorar, por meio da cooperação, a gestão de recursos hídricos, a regulação dos serviços de saneamento básico e a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Para acompanhar o andamento das ações estabelecidas no Pacto pela Governança da Água, foi realizado o 1º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das ações pactuadas. Neste documento serão apresentados uma síntese da implementação do Pacto, a metodologia utilizada no monitoramento e na avaliação, além dos principais resultados que refletem a situação das ações em 2024. Por fim, o relatório demonstra aspectos gerenciais prioritários a serem considerados pelos entes na continuidade do programa.

IMPLEMENTAÇÃO

O Pacto pela Governança da Água foi formalizado por meio de termos de adesão assinados pela ANA e todas as unidades da Federação ao longo de 2023. Após as adesões, a ANA e as instituições estaduais e distrital definiram temas e ações prioritárias estruturadas em planos de ações.

A elaboração desses planos aconteceu de forma participativa, com a realização de 27 oficinas que reuniram técnicos da ANA e de cada uma das UFs, considerando suas peculiaridades regionais e locais. Os planos de ação foram formalizados por meio de notas técnicas (NT) conjuntas entre ANA e as unidades federativas. Este processo começou em 2023 e foi concluído em

maio de 2024, quando a última NT de pactuação foi assinada. Desde então, o Pacto segue em fase de implementação das ações.



O Pacto pela Governança da Água contempla cerca de 590 ações, distribuídas em três grandes grupos.

Em termos formais, o Pacto representa a pactuação de ações que integram um conjunto de acordos já desenvolvidos pela ANA com cada unidade da Federação (Grupo A), agora organizados em um Plano de Ações específico para cada Estado e para o Distrito Federal. Exemplos disso incluem os programas Progestão, Qualíagua, Salas de Situação e Monitor de Secas, nos quais o Pacto atua como uma ferramenta essencial para fortalecer a relação entre a ANA e as unidades da Federação.

Um segundo grupo corresponde às ações específicas dos Estados e Distrito Federal (Grupo B), ou seja, aquelas que não estão cobertas por programas ou projetos previamente estabelecidos com a ANA. Nesse contexto, o Pacto surge como uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento dessas iniciativas.

Além disso, o Pacto abrange um grupo mais restrito: as Ações

de Integração (Grupo C), que extrapolam os limites territoriais políticos e exigem uma gestão sob a ótica das bacias hidrográficas, abrangendo mais de uma unidade da Federação. Essas ações demandam planejamento e atuação conjunta, guiados pelos respectivos planos de bacia. São iniciativas que visam consequência regulatória e exigem articulação e gestão integrada para garantir o avanço das três principais políticas contempladas nessa pontuação.

A dinâmica do Pacto busca promover uma maior aproximação entre os entes, estimulando tratativas regulares, planejamento, execução de ações e monitoramento. Essas atividades estão estruturadas em três eixos principais de atuação: (i) Gestão de Recursos Hídricos, (ii) Saneamento e (iii) Serviços Hídricos e Segurança de Barragens.

AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DO PACTO



Os governos estaduais e o Distrito Federal aderiram voluntariamente à iniciativa, que não prevê o repasse de recursos financeiros entre os participantes. No entanto, os repasses já existentes entre a ANA e os Estados ou o DF são realizados conforme os instrumentos firmados.

Durante o período de vigência do plano de ações do Pacto, de 2023 a 2026, estava prevista a alocação de aproximadamente R\$ 317 milhões em 594 ações conjuntas entre a ANA e as unidades da Federação. Desse total, R\$ 303,9 milhões seriam destinados a 521 ações relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos, enquanto R\$ 13,3 milhões financiariam 46 ações no componente de Saneamento. No entanto, com os cortes orçamentários do Governo Federal sofridos em 2025, estes valores devem sofrer impactos que serão indicados no próximo ciclo de monitoramento.

As informações sobre o plano de ações e seu andamento estão disponíveis no site da ANA, no **painel interativo do Pacto**. Nesta ferramenta é possível visualizar os dados gerais dos componentes, atuação, ações, fonte de recursos e custo da ação por UF. Além disso, está disponível um mapa com acesso às metas detalhadas por UF e status das ações, além do detalhamento das ações de integração.

O Painel também reúne em um só lugar um resumo por UF das informações relacionadas às Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Segurança de Barragens e Saneamento Básico, disponibilizadas pela ANA e outras instituições.

MONITORAMENTO

O monitoramento das ações pactuadas é realizado semestralmente pela equipe da ANA. O objetivo é acompanhar o andamento das ações, possíveis entraves na execução, bem como

realizar medidas corretivas necessárias para a execução das ações no prazo estimado.

O primeiro ciclo do monitoramento foi realizado entre janeiro e março de 2025, oito meses após a finalização da pactuação dos planos de ações com todas as UFs. O monitoramento teve como objetivo atualizar o status das ações, inicialmente pelas diferentes áreas da ANA e, em seguida, pelos Estados e pelo Distrito Federal, além de revisar as metas para 2025.

Metodologia

No primeiro ciclo de monitoramento do Pacto, não era possível compreender com clareza os desafios que poderiam surgir. Por isso, foi adotada a metodologia DCAP (Diagnosticar, Compreender, Agir e Planejar), que orienta a gestão com base em ciclos contínuos de melhoria. Esse modelo desloca o planejamento para a etapa final, permitindo consolidar aprendizados e melhorar o próximo ciclo de monitoramento.

Inicialmente, as diferentes áreas técnicas da ANA receberam uma planilha contendo todas as ações pactuadas. Cada área foi responsável por atualizar o status do grupo de ações sob sua responsabilidade, considerando a situação em 2024 e classificando-as como “programadas”, “em andamento”, “atrasadas para início” ou “concluídas”. Algumas ações tinham o status como “não Iniciada” e “não se aplica”, para facilitar a compreensão esse status foi alterado para “programada”, pois tais ações ainda não alcançaram a data prevista para seu início.

As áreas também foram orientadas a registrar os principais entraves enfrentados na execução das ações ao longo de 2024, além de fornecer subsídios para a revisão das metas projetadas para 2025. Essa etapa permitiu um olhar analítico sobre os avanços e desafios, proporcionando maior clareza acerca da situação atual.

Na sequência, as planilhas atualizadas pela ANA foram compartilhadas com os pontos focais dos Estados e do Distrito Federal, que validaram, complementaram ou corrigiram as informações. As contribuições das unidades da Federação foram então consolidadas em um único documento, que passou por nova rodada de revisão pela equipe da ANA, visando à ratificação final.

Após validação das ações com as áreas da ANA responsáveis, o Painel Interativo do Pacto, disponível no site da ANA, foi atualizado incorporando os dados validados e os comparativos da evolução entre os ciclos de 2024 e 2025. Os aprendizados deste primeiro ciclo de monitoramento servirão como base para aprimorar e aperfeiçoar os próximos ciclos.

Processo de Monitoramento

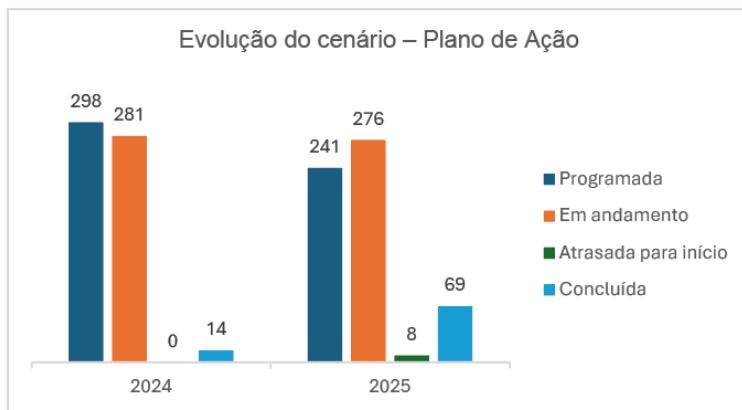


Resultados

O primeiro ciclo de monitoramento do Pacto pela Governança da Água demonstrou avanços significativos na implementação das 594 ações pactuadas entre a ANA e as 27 unidades da Federação. A comparação entre os cenários de 2024 e 2025 revela uma evolução positiva no estágio das atividades do plano de ações.

- O número de ações programadas caiu de 298 para 241, representando uma redução de 19%;

- As ações em andamento passaram de 281 para 276, registrando uma redução de aproximadamente 2%;
- O número de ações finalizadas saltou de 14 para 69, um aumento de 393%;
- Oito ações estão atrasadas, o que representa 1,3% do plano de ação;
- Houve a inclusão de uma ação pelo estado de Santa Catarina;
- As ações consolidadas já em andamento (Grupo A), como o Progestão, Qualíagua e Monitor de Secas, apresentaram continuidade e fortalecimento, com aprimoramento na articulação entre a ANA e as UFs ;
- Em relação as ações específicas das UFs (Grupo B), diversas UFs aproveitaram o Pacto para impulsionar demandas locais, com destaque para projetos de modernização da gestão hídrica e saneamento básico;
- Os dados por UF podem ser visualizados no painel interativo.

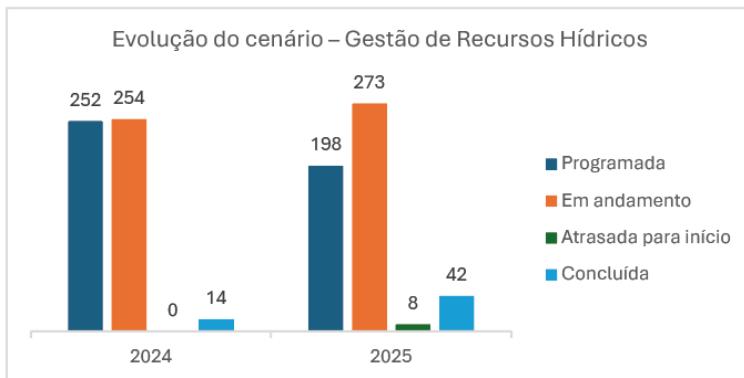


Progresso por Componente

Gestão de Recursos Hídricos

Com 521 ações, este é o componente com maior volume de iniciativas no Pacto. Os destaques incluem:

- Redução de ações programadas: Caiu de 252 (2024) para 198 (2025), uma redução de 21%, indicando maior engajamento das UFs;
- Aumento expressivo de ações concluídas: Saltou de 14 (2024) para 42 (2025), um crescimento de 200%;
- Ações com atraso: Oito ações relacionadas à Meta 1.7 do Progestão apresentam pendência de início nos estados do AP, CE, DF, MG, RJ, RR, SC e SP.



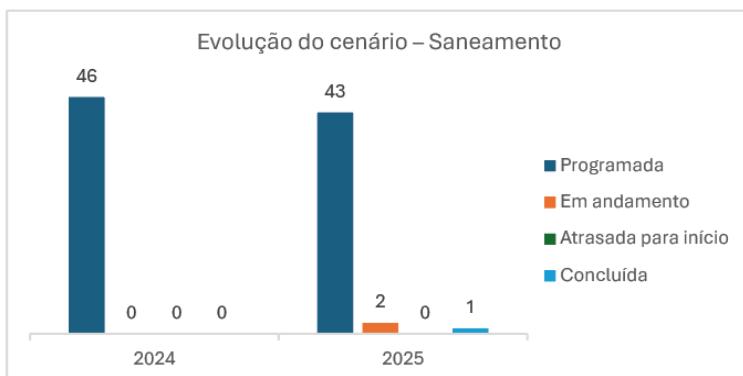
Saneamento

Com apenas 46 ações, este componente registrou progresso limitado:

- Pouca redução nas ações programadas: Das 46 ações programadas em 2024, apenas duas tiveram início – referen-

te às ações “Serviços adequados de coleta e destinação final de resíduos sólidos”, no Paraná; e Adquirir/ desenvolver sistema para a regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico, no Pará.

- Apenas uma ação concluída: Capacitar a equipe de trabalho da ARCON para o desempenho da regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário, no Pará.
- Necessidade de maior impulso: A baixa movimentação sugere a necessidade de reforço na articulação com as UFs para acelerar a implementação.

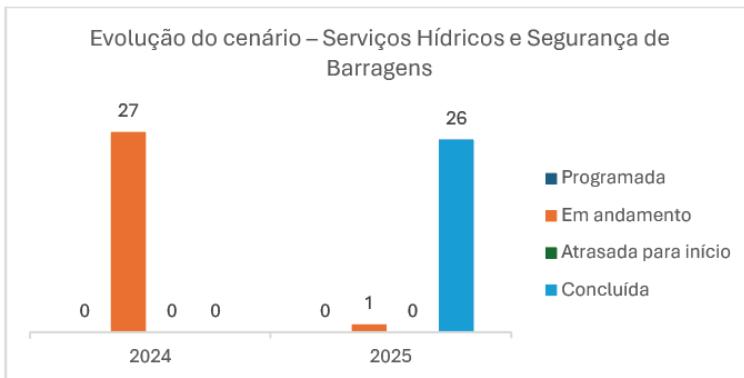


Serviços Hídricos e Segurança de Barragens

O componente com menor número de ações (27 no total) apresentou o maior índice de conclusão:

- Avanço significativo: Das 27 ações em andamento em 2024, 26 foram concluídas, restando apenas uma ação pendente – “Fiscalização de Segurança de Barragens definida no Progestão – Meta I.5”, no Mato Grosso.

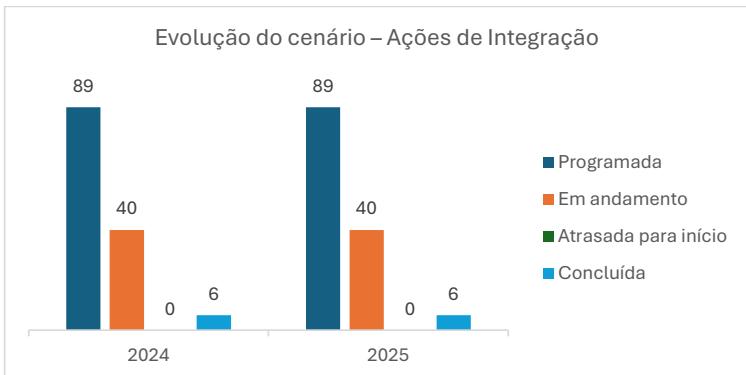
- Destaque em eficiência: A rápida conclusão reflete boa coordenação entre ANA e os entes estaduais, no âmbito da Meta I.5 do Progestão – Fiscalização de Segurança de Barragens.



Ações de integração

As Ações de Integração (Grupo C) propostas pela ANA em conjunto com as UFs demandam articulação e gestão integrada para o progresso das três políticas alvo do Pacto.

- As 13 ações estratégicas de articulação interinstitucional começaram a ser implementadas, com progresso na harmonização de dados, segurança hídrica em bacias críticas e integração de sistemas de monitoramento.
- As ações foram elaboradas a partir da pontuação em 2024 e não houve alteração no status das ações. Ainda há prazo para a execução das atividades.



AVALIAÇÃO

Após a consolidação do monitoramento, foi realizado o 1º Encontro do Pacto pela Governança da Água, nos dias 10 e 11 de junho de 2025. O evento anual teve como objetivo apresentar os dados obtidos no monitoramento, além de realizar uma oficina de avaliação e uma de compartilhamento de experiências com a presença dos atores envolvidos no programa.

Para este evento, foram convidados os governadores, secretários de recursos hídricos e pontos focais de todas as unidades da Federação, bem como servidores da ANA. O evento recebeu 146 inscrições de 24 UFs. Participaram efetivamente do evento 79 pessoas de 20 UFs.

Metodologia

A avaliação foi realizada em uma oficina utilizando a metodologia World Café, na qual a partir de um diálogo colaborativo, estimularam-se conversas entre grupos de participantes, promovendo a inteligência coletiva e a troca de ideias de forma dinâmica. Os participantes foram divididos em grupos e discutiram sete perguntas motivadoras que serão apresentadas abaixo, juntamente com os resultados.

Após o evento, com o intuito de receber contribuições de pontos focais que não puderam participar do evento, o questionário foi enviado por e-mail para os participantes e todos os pontos focais do pacto. As respostas estão consolidadas nos resultados abaixo.

Resultados

A partir das discussões e relatos dos participantes e das respostas ao formulário online, apresenta-se a seguir a consolidação das principais contribuições:

1. De que forma avalia a influência do Pacto pela Governança da Água na implementação das Políticas de Recursos Hídricos, Saneamento e Segurança de Barragens nos estados e DF?

Influência do Pacto pela Governança da Água nas Políticas



O Pacto pela Governança da Água gerou impactos diversos na implementação das políticas de Recursos Hídricos, Saneamento e Segurança de Barragens nos estados e no Distrito Federal. Enquanto alguns representantes perceberam avanços, outros foram críticos ou neutros quanto à sua efetividade. Um dos

principais benefícios apontados foi a integração entre os entes responsáveis pela gestão da água, promovendo troca de experiências e maior alinhamento entre as unidades federativas. O Pacto também elevou o debate técnico à esfera política, fortalecendo a agenda azul e contribuindo para o nivelamento das políticas entre os estados.

Além disso, o Pacto facilitou a definição de ações, metas e responsabilidades, ampliou o diálogo nacional e trouxe visibilidade à alta gestão, incentivando demandas estratégicas. No entanto, houve questionamentos sobre o impacto real dessa elevação política. A confusão entre o Pacto e o Progestão foi amplamente debatida, especialmente diante da possível descontinuidade do Progestão, que pode comprometer ações previstas, sobretudo na região Norte, onde há forte dependência dos recursos do programa.

Outros desafios incluem a ausência de indicadores uniformes, dificultando comparações entre estados, e críticas de que o Pacto apenas renomeou atividades já existentes. Em alguns estados, a iniciativa ficou restrita aos órgãos gestores de recursos hídricos, sem integração com outros setores. As diferenças regionais também evidenciaram a necessidade de maior articulação e comunicação entre os entes federativos.

Para fortalecer sua eficácia, o Pacto precisa de articulação com instâncias superiores, como a Casa Civil, e mobilização política para garantir orçamento e continuidade das ações. É essencial incluir os usuários diretamente impactados e considerar as especificidades territoriais e o grau de maturidade da gestão hídrica em cada estado. Apesar dos avanços, o Pacto ainda enfrenta desafios que exigem aprimoramentos em sua implementação e articulação intersetorial e federativa.

2. Quais foram os principais desafios enfrentados na execução das ações previstas no Pacto pela Governança da Água?

Desafios do Pacto



Os principais desafios na execução das ações do Pacto pela Governança da Água envolvem limitações estruturais, financeiras e organizacionais. A escassez de recursos humanos e financeiros, agravada por cortes no orçamento da ANA e na transferência de recursos via Progestão e Qualiágua, compromete a implementação das iniciativas. Muitos estados dependem desses programas para a gestão hídrica, e há dificuldades em aplicar os recursos da cobrança pelo uso da água em melhorias efetivas. A insuficiência de corpo técnico qualificado também dificulta a execução dos projetos e compromete o alinhamento das ações.

A articulação interna e externa entre órgãos e setores é outro obstáculo, assim como a integração entre estados e entre políticas públicas de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente. Há também entraves tecnológicos, como a implantação de sistemas e a conexão com plataformas da ANA. A baixa conscientização e o engajamento da alta gestão dificultam a efetivação do compromisso assumido com o Pacto.

Outros desafios incluem infraestrutura precária, extensão territorial, diversidade de ações e especificidades locais, como

escassez hídrica e reestruturação institucional. A capacitação técnica dos profissionais é essencial para garantir a eficácia na gestão dos projetos. Esses fatores tornam a governança da água um processo complexo e contínuo, que exige esforços coordenados e sustentáveis.

3. Que aspectos podem ser aprimorados na implementação do Pacto pela Governança da Água?

Aspectos a serem aprimorados



Durante a avaliação do Pacto pela Governança da Água, foram identificados quatro aspectos prioritários para aprimoramento: integração, monitoramento, comunicação e sustentabilidade financeira.

No eixo da integração, destacou-se o desafio de articular esforços entre governo federal, estados, ANA, órgãos gestores, companhias de saneamento, agências reguladoras e demais entidades. Foi apontada a necessidade de tornar o Pacto mais visível nos estados e ampliar o engajamento institucional.

Quanto ao monitoramento, observou-se a carência de um

acompanhamento mais estruturado das ações. Sugeriu-se a criação de grupos técnicos estaduais, formalizados por portaria, com reuniões periódicas e maior proximidade da ANA. Também foi mencionada a importância de aprimorar indicadores e estratégias de avaliação.

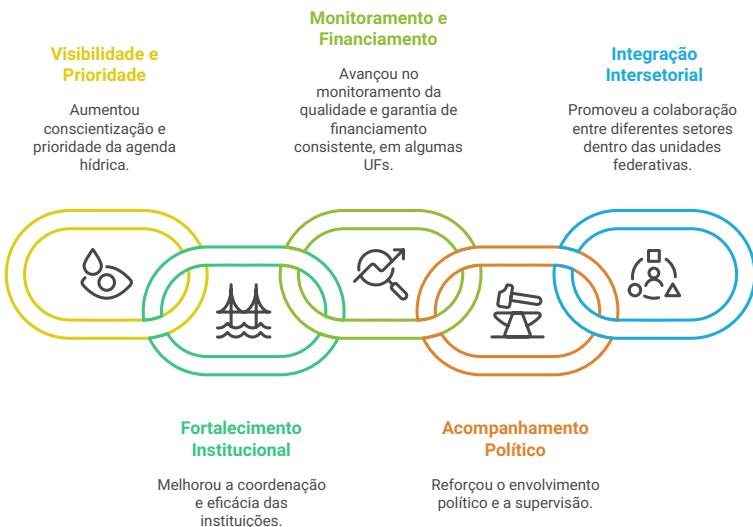
No eixo da comunicação, a preocupação central foi a baixa visibilidade política do Pacto. Apesar da assinatura pelos governadores, é necessário reforçar o engajamento da alta gestão, com articulações junto à Casa Civil e maior presença estratégica. Sugestões incluíram a criação de canais diretos, como grupos de WhatsApp, para troca de experiências entre estados.

A sustentabilidade financeira foi apontada como ponto crítico, especialmente diante dos cortes nos programas Progestão e Qualiágua. Discutiu-se a mobilização dos estados para garantir recursos e compartilhar boas práticas. Foi lembrado o compromisso, presente no termo do Pacto, de destinar recursos da CFURH à gestão hídrica, sendo necessário fortalecer esse direcionamento e apoiar estados que ainda não acessam esses recursos.

Outras sugestões incluíram a apresentação dos resultados do Pacto nas assembleias legislativas, o fortalecimento da cooperação entre estados em bacias compartilhadas (como a do Paraíba do Sul) e a melhoria da comunicação com equipes de TI para garantir integração eficiente dos dados.

4. O fato do Pacto pela Governança da Água ser um compromisso de alto nível entre a ANA e as unidades da Federação contribuiu para o avanço das ações? Relate como foi a experiência.

Compromisso de alto nível



A maioria dos participantes concordou que o fato de o Pacto pela Governança da Água ser um compromisso de alto nível contribuiu significativamente para o avanço das ações de gestão de recursos hídricos.

A assinatura do Pacto por governadores e secretários estaduais trouxe maior visibilidade e prioridade à pauta da água. Ações já desenvolvidas, como o Progestão, foram fortalecidas com o Pacto, consolidando uma gestão mais comprometida. Destacou-se que envolver a alta gestão é imprescindível para a implementação de políticas públicas pensadas em nível nacional e de gestão compartilhada, fazendo com que o governador se aproprie dos temas e prioridades.

Alguns Estados relataram ganhos na integração entre instituições e fortalecimento das estruturas estaduais, como o avanço na integração de dados e o interesse em modernizar o sistema

de outorga.

Também foram relatados avanços no monitoramento qualitativo das águas, regularidade no financiamento e criação de manuais e regras para funcionamento de salas de situação e fiscalização. Ressaltou-se a importância do Pacto para valorizar o trabalho desenvolvido pela ANA.

Apesar dos avanços, muitos estados enfrentam dificuldades estruturais e financeiras. Há carência de pessoal, infraestrutura e recursos para cumprir metas do Progestão e para implementar ações previstas no pacto.

Foi destacado que o envolvimento da alta gestão precisa ser reforçado com acompanhamentos periódicos, para manter o compromisso político ativo e garantir a continuidade das ações. Foi destacado que o compromisso de secretários e diretores tem sido mais decisivo que o Pacto em si.

Como sugestões, foi colocado que a ANA deve promover encontros com governadores para apresentar relatórios de ações e impactos do Pacto. É necessário comunicar os efeitos da redução orçamentária e como isso compromete a implementação das políticas. Também, foi proposto realizar uma audiência pública no Congresso Nacional para destacar a importância dos programas Progestão, QualiÁgua e o próprio Pacto.

Além disso, foi destacada a capacidade da pactuação de promover maior integração entre diferentes ações e programas dentro das próprias UFs, fortalecendo a articulação intersetorial.

5. De que forma a implementação das ações do Pacto pelos estados pode contribuir para o fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica e das agências infranacionais de regulação do saneamento?

Fortalecimento dos Comitês de Bacias e Agências Reguladoras



Os principais pontos discutidos foram a importância da integração institucional, da padronização de indicadores, da robustez das bases de dados e da disponibilização de ferramentas de gestão. Esses elementos são essenciais para fortalecer os órgãos gestores estaduais e permitir que atuem como disseminadores de boas práticas junto aos comitês de bacias hidrográficas.

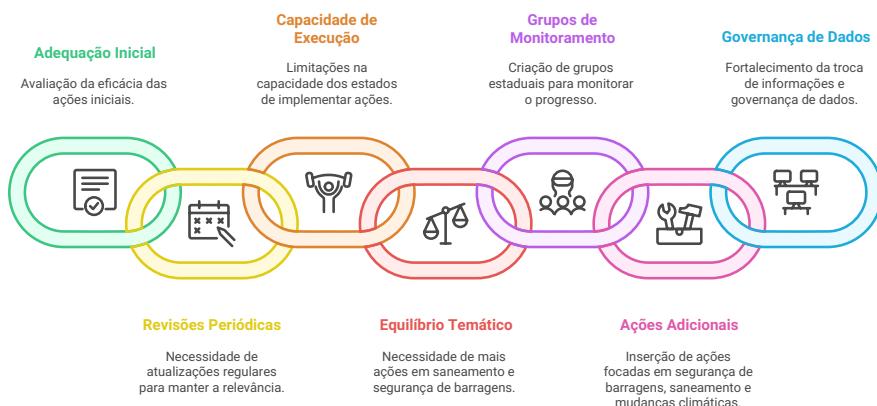
O Pacto tem contribuído para a governança com foco nas bacias hidrográficas, incentivando o diálogo entre os entes e a participação ativa dos comitês, fortalecendo instrumentos como os planos de bacia. A criação de comitês em regiões onde ainda não existem, aliada à capacitação e sensibilização dos membros, foi apontada como estratégica. A cobrança pelo uso da água foi destacada como fundamental para viabilizar financeiramente a execução dos planos.

O Pacto também tem contribuído por meio de ações de capacitação e apoio à elaboração de planos de bacia, com parcerias institucionais. No entanto, a descontinuidade de ciclos de financiamento representa um desafio para a continuidade dessas ações. As normas de referência da ANA foram reconhecidas como importantes para orientar agências reguladoras de saneamento.

Sugere-se a criação de programas estaduais de apoio aos comitês, nos moldes do Progestão, para garantir recursos e suporte técnico contínuo. A institucionalização dos atores, o protagonismo dos comitês e a ampliação da participação social são considerados fundamentais para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos.

6. Como você avalia as ações pactuadas no plano de ações do seu estado? Elas permanecem adequadas às necessidades atuais? Há necessidade de ajustes ou inserção de novas ações?

Estrutura de Ações de Melhoria



A avaliação das ações pactuadas pelas Unidades Federativas revelou percepções diversas, mas convergentes quanto à

necessidade de revisões e atualizações em função das transformações ocorridas desde a elaboração inicial dos planos. Embora adequadas ao contexto inicial, as ações demandam ajustes diante de novos desafios e do cenário financeiro atual.

A limitação de capacidade técnica e estrutural das UFs foi apontada como obstáculo à ampliação e até à execução das ações já pactuadas. Observou-se também um desbalanceamento entre os eixos temáticos, com predominância de iniciativas voltadas à gestão de recursos hídricos, em detrimento dos eixos de saneamento e segurança de barragens. A criação de grupos de acompanhamento estaduais foi sugerida para fortalecer a articulação institucional e garantir maior efetividade. Destacou-se a importância de ampliar o diálogo entre os estados e criar canais permanentes de troca de experiências. Foram propostas novas ações voltadas à segurança de barragens, saneamento em áreas rurais e adaptação às mudanças climáticas. Também se ressaltou a necessidade de fortalecer a governança de dados e disseminar boas práticas.

Por fim, recomendou-se a revisão periódica dos planos com base em diagnósticos atualizados e escuta ativa dos atores envolvidos, visando garantir a relevância e efetividade das ações pactuadas.

7. Você já explorou o painel interativo do Pacto? Quais informações adicionais você acredita que poderiam enriquecê-lo para torná-lo ainda mais útil?

Refinando o Painel Interativo do Pacto



Durante a atividade em grupo, os participantes refletiram sobre o uso do painel interativo do Pacto pela Governança da Água e sugeriram melhorias, organizadas em três eixos principais. O primeiro revelou que muitos ainda não conheciam ou não haviam explorado o painel, assumindo o compromisso de fazê-lo posteriormente. Já os usuários mais familiarizados elogiaram a qualidade e completude dos dados, destacando os dois painéis disponíveis: um voltado à gestão das ações do Pacto e outro com indicadores gerais das UFs.

No painel de gestão, foram sugeridas melhorias como: inclusão dos órgãos e pontos focais responsáveis por cada ação; indicação do nível de criticidade das ações; uso de percentuais para representar o andamento das atividades; vinculação de produtos gerados (relatórios, estudos, notícias) por meio de links; e correção da funcionalidade de download.

Quanto ao painel de indicadores, propôs-se a criação de relatórios comparativos entre estados com características semelhantes ou por regiões, além da apresentação de dados mais regionalizados, como por unidades de planejamento ou comi-

tês de bacias, com apoio de mapas interativos. A identificação dos entes responsáveis pelos dados também foi considerada relevante.

No eixo da governança dos dados, destacou-se a importância de rotinas estruturadas para atualização periódica pelas UFs, além do monitoramento de territórios isolados, como terras indígenas e quilombolas. Sugeriu-se divulgar os dados nos sites das UFs e em canais de comunicação estaduais, promovendo transparência e engajamento. Também foi recomendada a possibilidade de aplicar filtros por estado, facilitando o acesso e a análise individualizada das informações.

CONCLUSÃO

O primeiro ciclo de monitoramento do Pacto pela Governança da Água demonstrou a importância do acompanhamento sistemático para a gestão eficiente das ações pactuadas.

O Painel Interativo disponibilizado pela ANA tem sido uma ferramenta essencial para o acompanhamento transparente das metas, permitindo visualizar o status de cada ação por UF e identificar possíveis desafios.

Ainda é necessário avançar no compartilhamento das informações por parte das unidades da Federação, pois nem todas contribuíram para o monitoramento. Os Estados que enviaram resposta com a validação das informações foram: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Por parte da ANA, todas as UORGs envolvidas atualizaram a planilha de acompanhamento, entretanto, o campo de detalhamento da ação foi pouco preenchido, o que compromete o

resultado.

O evento presencial realizado na ANA foi fundamental no compartilhamento de informações, experiências e sobretudo na avaliação do Pacto de um modo geral. Nesse encontro foi possível conhecer a visão e as expectativas dos órgãos estaduais e distritais em relação ao Pacto, o que permite à ANA aprimorar a estratégia de implementação deste instrumento com envolvimento político de alto nível com vistas ao fortalecimento das unidades da Federação para melhoria da gestão de recursos hídricos, da regulação dos serviços de saneamento e da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. A análise dos dados permitiu:

1. Identificar avanços e desafios

- O significativo progresso dos componentes Gestão de Recursos Hídricos e Segurança de Barragens comprova a efetividade da cooperação entre ANA e as unidades da Federação.
- Por outro lado, o ritmo lento no componente de Saneamento Básico indica a necessidade de estratégias mais direcionadas para superar entraves.
- A ANA atua como uma catalisadora, funcionando como um ponto de equilíbrio e orientação no sistema.
- Os cortes orçamentários afetarão diretamente programas contemplados no Pacto, como o Progestão e o Qualiágua. Como o monitoramento atual reflete os dados de 2024, os impactos desses cortes só serão evidenciados no próximo ciclo de monitoramento, quando será acompanhado o andamento das ações em 2025.

2. Oportunidades de melhoria

- Ações atrasadas (como as da Meta 1.7 do Progestão) exigem intervenções específicas ou ajustes de prazos.
- Fortalecimento da governança colaborativa, com maior integração entre ANA, UFs e entes municipais, pode acelerar resultados.
- No próximo ciclo de monitoramento, avançar no detalhamento do desempenho de cada ação, para além do registro da mudança de status.
- Incluir, entre as opções de status, uma categoria específica para ações paralisadas ou canceladas em decorrência de cortes orçamentários, a fim de permitir a mensuração precisa do impacto desses cortes no andamento das ações previstas.

3. Próximos passos

- Priorizar grupo de ações com baixo desempenho por meio de planos de ação customizados.
- Entender e promover oficinas de alinhamento com foco em soluções para as ações que não obtiveram avanços.
- Avaliar a viabilidade de implementação das sugestões levantadas durante a oficina de avaliação, como a criação de um canal de comunicação dedicado e as melhorias propostas para o painel interativo.

Em síntese, o Pacto pela Governança da Água já mostra impactos positivos, mas seu sucesso depende da manutenção e do diálogo institucional. A continuidade do monitoramento é importante para consolidar os avanços e garantir que todas as ações atinjam seus objetivos dentro dos prazos almejados.